

|                     |               |                  |  |
|---------------------|---------------|------------------|--|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS  |               | DIÁRIO POPULAR   |  |
| PORTUGAL HOJE       | 25. DEZ. 1979 | DIÁRIO DE LISBOA |  |
| CORREIO DA MANHÃ    |               | CAPITAL          |  |
| DIA                 |               | TARDE            |  |
| DIÁRIO              |               |                  |  |
| PRIMEIRO DE JANEIRO |               |                  |  |
| JORNAL DE NOTÍCIAS  |               |                  |  |
| COMÉRCIO DO PORTO   |               |                  |  |

# Sectores da «AD» reclamam «assalto» ao Banco de Portugal

P.P.I.

O Banco de Portugal encontra-se na mira de certos sectores da «Aliança Democrática», havendo quem preconize a manutenção do actual governador, Silva Lopes, quem se bata pelo ingresso de João Salgueiro e quem patrocine a reentrada de Jacinto Nunes. Um tanto inesperadamente, o semanário «Tempo» batia-se na sua edição de ontem por esta última solução (apesar de Jacinto Nunes ter sido dado, em tempos, como próximo do Partido Socialista) e desferia forte ataque a Vitor Constâncio e Rui Vilar, os quais seriam afastados por razões de «competência» e por serem «membros influentes do PS».

O ataque a Vitor Constâncio e Rui Vilar deixa surpreendidos os observadores da nossa realidade política, que se interrogam sobre a eventualidade de se estar a encetar uma vigorosa purga política no aparelho de Estado. Registe-se que a inoportunidade da crítica ao destacado especialista financeiro que é Vitor Constâncio é tanto mais flagrante quanto se sabe que o visado tem manifestado preferência pela manutenção do seu mandato parlamentar, em prejuízo das funções de gestor bancário, as quais tem desempenhado com inescdível



Jacinto Nunes: ora na mó de cima, ora na de baixo

zelo e competência e numa perspectiva puramente apartidária.

Silva Lopes não é igualmente poupado, sendo acusado de ter servido o regime anterior, no âmbito da integração europeia, e o novo regime também, designadamente no âmbito da legislação gonçalvista decorrente do 11 de Março.

No entanto, os líderes da «AD» parecem partilhar de vistas mais moderadas a respeito das personalidades a designar para os altos cargos da área financeira. Concretamente, o futuro ministro das Finanças, Cavaco Sil-

va, preferiria a manutenção em funções de Silva Lopes; e isso não acontecerá, apenas porque o próprio rejeitou liminarmente tal possibilidade, em reunião havida com o próprio Cavaco Silva e Sá Carneiro.

Não é necessário salientar a importância do Conselho de Administração do Banco de Portugal na concretização de qualquer política económica e financeira que se admitiu sempre que o governador daquela instituição deveria ser da confiança do primeiro-ministro e, necessariamente, do titular da pasta das Finanças.

De qualquer forma, o Banco de Portugal atravessou os anos mais conturbados da Revolução de forma bastante airosa, conservando-se tanto quanto possível à margem dos conflitos sociais e políticos que dilaceraram a sociedade portuguesa. Assim aconteceu porque ali se conseguiu preservar, na medida do possível, o primado dos métodos de uma correcta gestão, em prejuízo de considerações puramente políticas, susceptíveis de afectar o equilíbrio e o prestígio da instituição. Poe esse motivo também os ataques desferidos ao Conselho de Administração do Banco são injustos, além de inoportunos.